

8861 ZEZ 10

Uma crise de Estado

WALTER SACCA

O Brasil é um país que surpreende pela sua aparente inesgotável capacidade de enfrentar dificuldades. A situação atual é uma prova disso, pois, embora já tenhamos passado por profundas crises, nunca foi tão grande o contraste entre a face real da economia — representada pelo comportamento da produção, índices de emprego, demanda por bens e serviços e volume das exportações — e seu reflexo monetário, expresso pela aceleração da inflação e intransqüilidade no mercado financeiro.

Em outras palavras, o ambiente de elevadíssimas taxas inflacionárias não foi capaz de desorganizar os mercados e a produção, que passaram a crescer nos últimos meses após um ano de estagnação. Em vista disso, capital e trabalho mantêm um bom nível de entendimento, sendo praticamente inexistentes os movimentos grevistas, fora da área governamental. Esses resultados favoráveis decorrem do dinamismo do setor privado, que se ajusta às condições econômicas desfavoráveis. Quando existe liberdade para agir e tomar iniciativa — e quando política econômica não comete erros tão grosseiros como congelar preços, atrasar o câmbio etc. — economia funciona de modo satisfatório.

O fato é que, se existem opções, as empresas se adaptam. Assim, frente ao consumo interno em retração, a indústria buscou — com sucesso — expandir suas vendas no mercado internacional. Com isso, evitou-se o desemprego em massa e foi possível conceder reajustes salariais superiores aos estabelecidos pelos índices oficiais. O setor privado, apesar de tudo, produz, emprega e exporta. A situação do setor público, entretanto, é muito diversa. Em outubro, Brasília praticamente parou: 17 ministérios e 17 órgãos públicos entraram em greve por questões salariais, greves que rapidamente se alastraram por todas as unidades dos organismos federais nos Estados. Por sua vez, funcionários públicos estaduais de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco também paralisaram suas atividades, prejudicando o funcionamento da máquina estatal.

As reivindicações dos trabalhadores, é bom que se diga, são justas. Não faz sentido combater o déficit público arrochando os salários dos funcionários que realmente trabalham. O problema não está aí. Numa época em que toda a sociedade clama por austeridade do setor público — entendendo que essa providência é indispensável para debelar um processo inflacionário que ameaça explodir —, o Estado teima em dar demonstração de insensibilidade política e incompetência administrativa. Enquanto o nível geral de emprego no país cresceu 2,8%, segundo dados do Ministério do Trabalho, alguns Estados expandiram o número de funcionários regulares em 8%.

O esforço construtivo do setor privado não pode ser anulado pelo descaso administrativo do setor público. O momento exige responsabilidade. Cada novo gasto do Estado brasileiro deverá ser criteriosamente selecionado, com a transparência que se espera de um governo democrático. Após a grande depressão dos anos 30, o Estado surgiu como o grande mantenedor da estabilidade econômica. O exemplo do Brasil mostra que, pelo menos aqui, ele não foi capaz de cumprir as suas funções: a crise brasileira é uma crise do Estado. E, para superá-la, o setor estadual deverá reduzir seu espaço na economia, privatizando empresas estatais e serviços públicos.

Os empresários não lutam para que o Estado acabe. Mas exigem que ele funcione. E as tarefas estatais no Brasil são imensas; existe uma carença enorme nas áreas de saúde, educação, transportes, infra-estrutura etc. Cabe ao Estado cuidar das questões de sua competência, deixando que a iniciativa privada encontre, através dos mecanismos de mercado, o melhor caminho para dinamizar a nossa economia. Ou então, estaremos condenados a assistir a um estranho filme, onde uma parte da sociedade produz para a administração do Estado gastar. Um filme com um enredo irracional — e um desfecho triste e injusto.

Walter Saccá é diretor do Departamento de Economia da Fiesp/Ciesp.